

SUMÁRIO

AJUDE O AUTOR A MANTER ESTA OBRA.....	7
SOBRE O AUTOR	9
OBRAS DO AUTOR.....	13
1. Livros Individuais	13
2. Livros Coletivos	14
3. Capítulos de Livros Publicados.....	17
4. Artigos Publicados em Revistas Jurídicas.....	24
5. Livro em homenagem	33
AGRADECIMENTOS.....	35
ABREVIATURAS E SIGLAS	57
LISTA DE FIGURAS	63
LISTA DE QUADROS.....	65
LISTA DE DIVERGÊNCIAS.....	67
APRESENTAÇÃO	71
COMO USAR ESTE LIVRO (INTERATIVIDADE).....	77
FONTES DE CONHECIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	83
1. Recopilações de leis e atos normativos	83
2. Jurisprudência	84
3. Tratados, cursos e manuais	94
4. Revistas jurídicas (impresas e <i>on-line</i>).....	97
5. Internet	118
6. Buscadores, repositórios e redes sociais	120
7. Catálogos.....	122
8. Legislação	128
9. Diários Oficiais	128
10. Diário da Justiça.....	129
11. Bancos de dados.....	131
12. Prática administrativa.....	132
13. Casotecas.....	132
14. Institutos de direito administrativo.....	133
15. Arbitragem	135

PARTE I
INTRODUTÓRIA

CAPÍTULO I - ESTADO, PODER EXECUTIVO E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS 139

1.1 Poder, Direito e Estado como *meio* para a consecução dos *fins* da sociedade 139

1.1.1 Dissolução dessa sociedade medieval pluralista e o surgimento do Estado moderno..... 141

1.1.1.1 Estado absolutista..... 142

1.1.2 Estado liberal ou mínimo e o surgimento do direito administrativo 144

1.1.3 Estado intervencionista e a maturação do direito administrativo..... 148

1.1.4 Estado pós-moderno e os novos enfrentamentos do direito administrativo 151

1.1.4.1 Fortalecimento de laços de interdependência (Estado enquadrado, Estado competência e Estado englobado)..... 157

1.1.4.2 Redefinição das funções estatais (Estado garantia, Estado regulador e Estado protetor)..... 158

1.1.4.3 Atenuações ou mitigações das especificidades estatais (Estado desmitificado, Estado banalizado e Estado reformado) 160

1.1.4.4 Fragmentação da estrutura estatal (Estado policêntrico, Estado territorial e Estado segmentado) 161

1.2 Poderes/Funções do Estado 162

1.3 Função Executiva e suas atividades (em especial a administrativa) 167

1.4 Dever de atender aos interesses públicos (a máquina pública ao seu dispor) 169

1.4.1 Interesses públicos gerais e específicos 174

CAPÍTULO II - CONCEITO E OBJETO DE ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO 181

2.1 Objeto de estudo do direito administrativo 181

2.2 Administrar 183

2.2.1 Sentido objetivo e subjetivo de administração..... 184

2.2.2 Adjetivo pública (Administração Pública)..... 184

2.3 Administração Pública 185

2.3 Características da Administração Pública 193

2.4 Tipos de Administração Pública 194

2.4.1 Administração Pública interna, interadministrativa e externa	194
2.4.2 Administração Pública objetiva e subjetiva	195
2.4.3 Administração Pública direta e indireta (sujeitos centralizados e sujeitos por outorga)	198
2.5 Esgotamento do modelo atual de Administração Pública.....	200
2.6 Conceito de direito administrativo	201
2.6.1 Sujeitos que realizam administração pública	206
2.6.2 Recursos humanos (agentes públicos)	207
2.6.3 Recursos materiais e imateriais (bens públicos)	208
2.6.4 Atividades administrativas	208
2.6.5 Poderes, faculdades ou prerrogativas versus garantias individuais	210
2.6.6 Formas de manifestação da vontade com ou sem liberdade	210
2.6.7 Meios de exteriorização da vontade administrativa	211
2.6.8 Atuação inteiramente controlável perante outras funções e poderes	212
2.6.9 Respondendo com seu patrimônio aos danos que causa	213
2.7 Características do direito administrativo	213
2.7.1 Ramo recente em constante mutação	213
2.7.2 Direito público interno, porém, transfronteiriço	216
2.7.3 Direito comum do direito público (microcosmo jurídico)	216
2.7.4 Não codificado e influenciado pela jurisprudência e doutrina	217
2.7.5 Contínuo	219
2.7.6 Múltiplos interesses.....	220
2.7.7 Cultura e acumulação de institutos	220
2.7.8 Concreto e cotidiano	220
CAPÍTULO III - TRANSFORMAÇÕES, MUTAÇÕES OU EVOLUÇÕES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	221
3.1 Uma nova época para um Estado e suas transformações	221
3.1.1 Transformações geopolíticas.....	222
3.1.2 Transformações políticas	223
3.1.3 Transformações econômicas	231
3.2 Desafios para o direito administrativo (fuga ao direito privado)	236
3.2.1 Boa administração (má administração)	239
3.2.2 Administração de/por resultado	242
3.3 Novos paradigmas do direito administrativo	245
3.3.1 Crise da territorialidade do Estado: direito administrativo global, sem Estado ou transnacional	247

3.3.2 A erosão da supremacia e da indisponibilidade dos interesses públicos sobre o privado: cidadão como administrado-cliente	252
3.3.3 O eclipse do governo nas políticas públicas: influência de diferentes atores	255
3.3.4 A densidade ordenadora da legalidade administrativa: juridicidade administrativa, concurso de fontes e neofederalismo normativo	258
3.3.5 A maior transparência, abertura e participação cidadã na função pública .	262
3.3.6 As mudanças das empresas estatais, pela prestação de atividade de utilidade pública, pelos diferentes regimes jurídicos, inclusive, aproximando-se às autarquias, pelas condicionantes da intervenção direta e pela tendência de extinção, privatização e, também, de criação de empresas estatais especiais e binacionais, supranacionais e fora do território nacional	264
3.3.7 A intangibilidade das diferentes formas de subjetividade ou autonomia pública administrativa: controle substitutivo das escolhas públicas	266
3.3.8 A desnaturalização das distintas formas de atuação do Estado na economia: crise(s) da noção de serviço público e atividade econômica em sentido estrito .	268
3.3.9 (Re)classificação das distintas formas de intervenção do Estado na economia e a obrigatoriedade de demonstração concreta a que corresponde tal intervenção	271
3.3.10 As inovações na responsabilidade civil do Estado como a responsabilidade internacional por violação de direitos humanos e decorrente de violação a compromissos internacionais	273
3.3.11 Administração Pública 4.0	274
3.3.12 Direito administrativo do medo, apagão das canetas e a fuga do bom servidor	277
3.3.13 Outros	279

CAPÍTULO IV - FONTES, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

281

4.1 Pluralidade e concurso de fontes do direito administrativo	281
4.2 Classificação das fontes	286
4.2.1 Fontes formais e materiais	286
4.2.2 Fontes imediatas e mediatas	288
4.2.3 Fontes voluntárias e não voluntárias	288
4.2.4 Fontes escritas e não escritas.....	290
4.2.5 Outras classificações	291

4.3 Funções heterolimitativa e autolimitativa das fontes do direito administrativo	292
4.4 Limites internos e externos	294
4.5 Interpretação do direito administrativo	295
4.5.1 Diferença entre enunciado normativo e norma jurídica	297
4.5.2 Os componentes lógico-estruturantes da norma jurídica	298
4.5.2.1 Hipótese ou Previsão	300
4.5.2.2 Operador deôntico	301
4.5.2.3 Preceito, estatuição ou consequência	301
4.6 Métodos de interpretação	302
4.7 Processo interpretativo e atividade constitutiva do intérprete.....	304
4.7.1 Verificação dos enunciados normativos, comandos e políticas públicas aplicáveis ao caso e realização de suas determinações semânticas.....	305
4.7.2 Resolução das competências e conflitos normativos	307
4.7.3 Avaliação do complexo fático.....	310
4.7.4 Identificação do problema vigente	311
4.7.5 Inovações inseridas na LINDB e o processo interpretativo	311
4.8 Integração ou colmatação no direito administrativo	323
4.8.1 Analogia	324
4.8.2 Costume.....	326
4.8.3 Princípios gerais de Direito	328
4.9 Aplicação do direito administrativo	329
4.9.1 Eficácia no tempo.....	329
4.9.2 Eficácia no espaço.....	329
CAPÍTULO V - REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	331
5.1 Ideia de regime jurídico	331
5.2 Conceito de regime jurídico-administrativo.....	332
5.3 Os fundamentos do regime jurídico-administrativo.....	333
5.4 Importância do regime jurídico-administrativo	337
5.5 Linguagem, ciência e norma jurídica	338
5.6 Normas-princípio e normas-regra	340
5.7 Outras espécies de normas jurídicas	344

CAPÍTULO VI - PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO349

6.1 Princiologia do direito administrativo.....349

6.2 Princípios fundamentais353

6.2.1 Princípio federativo353

6.2.2 Princípio republicano354

6.2.3 Princípio presidencialista355

6.2.4 Princípio democrático355

6.2.5 Princípio do Estado de Direito356

6.2.6 Princípio da separação dos poderes.....356

6.2.7 Princípio da soberania357

6.2.8 Princípio da cidadania política357

6.2.9 Princípio da dignidade da pessoa humana358

6.2.10 Princípio dos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa360

6.2.11 Princípio do pluralismo político360

6.3 Princípios gerais361

6.3.1 Princípio da segurança jurídica362

6.3.2 Princípio da juridicidade363

6.3.3 Princípio da legalidade364

6.3.4 Princípio da legitimidade367

6.3.5 Princípio da licitude369

6.3.6 Princípio da igualdade ou isonomia370

6.3.7 Princípio da imparcialidade.....372

6.3.8 Princípio da equidade374

6.3.9 Princípio da liberdade375

6.3.10 Princípio da publicidade, transparência e abertura375

6.3.11 Princípio da participação377

6.3.12 Princípio da realidade.....378

6.3.13 Princípio da responsabilidade, responsividade e responlicidade379

6.3.14 Princípio da sindicabilidade380

6.3.15 Princípio do juiz natural (identidade física do julgador).....381

6.3.16 Princípio da jurisdição una382

6.3.17 Princípio da sanção ou sancionatório384

6.3.18 Princípio da ponderação386

6.4 Princípios gerais do direito público e do direito administrativo387

6.4.1 Princípio da proteção à confiança ou expectativa legítima e da boa-fé388

6.4.2 Princípio da subsidiariedade393

6.4.3 Princípio da presunção de validade.....394

6.4.4 Princípio da supremacia dos interesses públicos	396
6.4.5 Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos	397
6.4.6 Princípio do devido processo legal	398
6.4.7 Princípio da duração razoável do processo (celeridade processual)	399
6.4.8 Princípio da motivação	401
6.4.9 Princípio do contraditório e da ampla defesa	403
6.4.10 Princípio da descentralização (da especialidade)	405
6.4.11 Princípio da impessoalidade	405
6.4.12 Princípio da moralidade	407
6.4.13 Princípio da eficiência	409
6.4.14 Princípio da efetividade	412
6.4.15 Princípio da finalidade	413
6.4.16 Princípio da racionalidade	414
6.4.17 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade	416
6.4.18 Princípio da máxima objetividade	425
6.4.19 Princípio da exigibilidade e da exectoriedade	426
6.4.20 Princípio da regularidade e da continuidade	431
6.4.21 Princípio da especialidade	433
6.4.22 Princípio hierárquico	433
6.4.23 Princípio monocrático e colegiado	434
6.4.24 Princípio disciplinar	435
6.4.25 Princípio da economicidade	435
6.4.26 Princípio do planejamento	436
6.4.27 Princípio de prevenção e de precaução	437
6.4.28 Princípio da (auto)tutela	439
6.4.29 Princípio da interdição da arbitrariedade	449
6.5 Princípios setoriais do direito administrativo	450

PARTE II SUJEITOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO VII - SUJEITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....453

7.1 Administração Pública em sentido subjetivo ou orgânico	453
7.2 Manifestação de vontade dos sujeitos da Administração Pública (teoria do órgão ou da imputação)	454
7.3 Administração direta e indireta (principais diferenças)	456
7.4 Estrutura/organização da Administração Pública federal (Decreto-Lei n.º 200/1967)	458

7.5 Princípios setoriais da organização da Administração Pública federal.....	459
7.6 Taxonomia dos órgãos e entidades da Administração Pública federal.....	460
7.6.1 Sujeitos estatais (sujeitos centralizados e sujeitos descentralizados ou por outorga)	464
7.6.2 Entes não estatais (sujeitos por colaboração e sujeitos por cooperação) ...	467

CAPÍTULO VIII - SUJEITOS CENTRALIZADOS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA).....471

8.1 Entidades de caráter político-administrativo.....	471
8.2 Presidente e Vice-Presidente da República.....	472
8.2.1 Conselho da República.....	473
8.2.2 Conselho de Defesa Nacional	474
8.3 Ministérios e órgãos equiparados.....	475
8.4 Órgãos públicos.....	479
8.4.1 Unidades, organizações, centros ou núcleos especializados de atribuições ou competências	479
8.4.1.1 Repartições de atribuições ou competências.....	481
8.4.1.1.1 Desconcentração e hierarquia	481
8.4.1.1.2 Descentralização e vinculação	485
8.4.1.1.2.1 Descentralização administrativa por outorga (ou institucional).....	490
8.4.1.1.2.2 Descentralização administrativa por colaboração (ou por delegação)	491
8.4.1.2 Liberdade de conformação/configuração orgânica	492
8.4.1.3 Atribuição de atribuição/competência e regras ordenadoras do seu exercício	493
8.4.1.3.1 Delegação	494
8.4.1.3.2 Avocação (delegada e hierárquica)	498
8.4.1.3.3 Suplência	499
8.4.1.3.4 Delegação de assinatura	499
8.4.1.3.5 Encomenda de gestão	500
8.4.1.4 Conflito de atribuições/competências	500
8.4.2 Criados e extintos por lei.....	501
8.4.3 Destituídos de personalidade jurídica própria.....	502
8.4.3.1 Possibilidade de ser titular de posição jurídica subjetiva.....	502
8.4.4 Compostos por uma ou mais pessoas físicas.....	505
8.4.4.1 Constituição dos órgãos colegiados (conselhos e comissões).....	507
8.4.4.2 Celebração das sessões.....	510

8.4.4.3 Regime de funcionamento.....	512
8.4.5 Formados para exteriorizar a vontade (ativa, consultiva ou de controle) de uma pessoa jurídica de direito público, seja integrante da Administração Pública direta ou indireta	513
8.5 Classificações dos órgãos públicos	515
8.5.1 Quanto à estrutura	515
8.5.2 Quanto à pessoa federativa.....	516
8.5.3 Quanto ao âmbito ou à esfera de atuação.....	516
8.5.4 Quanto à atuação funcional ou composição.....	517
8.5.5 Quanto às funções (atribuições ou competências)	518
8.5.6 Quanto à hierarquia ou posição estatal.....	519
8.5.6.1 Órgãos autônomos tradicionais e neo-órgãos autônomos	520
8.5.6.1.1 Organizações militares prestadoras de serviços da Marinha (OMPS).....	522
8.5.7 Outras classificações	523
8.6 Regime jurídico aplicado à Administração direta.....	523
8.6.1 Agentes públicos e regime previdenciário	524
8.6.2 Bens públicos	526
8.6.3 Atividade ou funções administrativas	527
8.6.4 Poderes, faculdades e prerrogativas	528
8.6.4.1 Prerrogativas processuais e precatório	528
8.6.4.2 Imunidade e isenção tributária	529
8.6.4.3 Prestação de contas	530
8.6.4.4 Contabilidade pública.....	531
8.6.5 Manifestação da vontade administrativa	531
8.6.6 Materialização/exteriorização da vontade administrativa.....	532
8.6.6.1 Licitações e contratações.....	534
8.6.7 Responsabilidade, responsividade e responcibilidade	535
8.6.8 Prescrição de direitos de terceiros perante a Administração.....	538
8.6.9 Decadência e prescrição administrativa	541

CAPÍTULO IX - SUJEITOS DESCENTRALIZADOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA).....

543

9.1 Entes personificados (institucionais ou instrumentais).....	543
9.2 Autarquias comuns ou ordinárias.....	546
9.2.1 Conceito	547
9.2.2 Elementos constitutivos do conceito.....	548
9.2.2.1 Personalidade jurídica de direito público.....	548

9.2.2.2 Criada e extinta por lei	549
9.2.2.3 Dotada de patrimônio, estrutura organizacional, competência específica e recursos financeiros para conferir capacidade autoadministrativa e gerencial ...	551
9.2.2.4 Atividade típica da Administração Pública despida de caráter econômico	553
9.3 Autarquia especial	553
9.3.1 Autoridades reguladoras independentes (agências reguladoras).....	555
9.3.1.1 Crítica a expressão autarquia especial.....	560
9.3.1.2 Criada e extinta por lei	562
9.3.1.3 Âmbito de atuação.....	563
9.3.1.4 Autonomia/independência.....	566
9.3.1.4.1 Funções típicas do Estado	569
9.3.1.4.1.1 Poder quase-normativo.....	569
9.3.1.4.1.2 Poder quase-judicante	577
9.3.1.4.2 Autonomia/independência orgânica.....	581
9.3.1.4.2.1 Seleção dos membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada	581
9.3.1.4.2.2 Composição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral e inelegibilidade	583
9.3.1.4.2.3 Incompatibilidade e impedimentos durante o exercício do mandato	586
9.3.1.4.2.4 Estabilidade dos membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada.....	588
9.3.1.4.3 Autonomia/independência administrativa.....	593
9.3.1.4.3.1 Autonomia de gestão.....	593
9.3.1.4.3.2 Autonomia financeira e de gestão de recursos humanos	598
9.3.1.4.3.3 Liberdade para organizar seus serviços e composição.....	601
9.3.1.4.3.4 Regime de pessoal compatível	604
9.3.1.4.3.5 Independência decisória e ausência de controle hierárquico	605
9.3.1.4.3.6 Processo decisório e análise de impacto regulatório.....	608
9.3.1.5 Relacionamento da agência com outras entidades governamentais (conflito de atribuição/competência)	609
9.3.1.5.1 Interação das agências reguladoras e dos órgãos de defesa da concorrência	609
9.3.1.5.2 Articulação entre agências reguladoras.....	611
9.3.1.5.3 Articulação das agências reguladoras com os órgãos de defesa do consumidor e do meio ambiente	611
9.3.1.5.4 Interação operacional das agências reguladoras federais e das agências reguladoras ou dos órgãos de regulação estaduais, distritais e municipais.....	612

9.3.1.6 Agências executivas.....	613
9.3.2 Autarquias regionais.....	616
9.3.3 Consórcio público de direito público (associações públicas ou autarquia associativa).....	618
9.3.3.1 A lei dos consórcios públicos e a cooperação federativa.....	618
9.3.3.2 Natureza jurídica dos consórcios públicos (associação pública ou privada).....	622
9.3.3.3 Conceito.....	625
9.3.3.4 Elementos constitutivos do conceito.....	625
9.3.3.4.1 Pessoa jurídica de direito público.....	625
9.3.3.4.2 Formada por entes federativos (sujeitos).....	631
9.3.3.4.3 Instituída de forma voluntária por meio de um procedimento específico definido em lei.....	633
9.3.3.4.4 Investidas de poderes públicos para relações de cooperação federativa.....	640
9.3.3.4.5 Com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.....	640
9.3.3.5 Consórcios públicos de direito público especial.....	640
9.3.4 Entidades de ensino superior e técnico e de pesquisa científica e tecnológica (universidades públicas federais, institutos federais de pesquisa científica e tecnológica e Colégio Dom Pedro II).....	642
9.3.5 Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).....	647
9.3.6 Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ..	650
9.4 Autarquias territoriais.....	652
9.5 Autarquias corporativas/profissionais (conselho de fiscalização profissional).....	652
9.5.1 Natureza <i>sui generis</i> da Ordem dos Advogados do Brasil.....	658
9.5.2 Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS).....	660
9.6 Empresas estatais.....	663
9.6.1 Conceito.....	666
9.6.2 Elementos constitutivos do conceito.....	667
9.6.2.1 Pessoa jurídica de direito privado dotada de regime jurídico especial ...	667
9.6.2.2 Atividades econômicas (comerciais ou industriais do Estado) - atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos.....	669

9.6.2.3 Atividades de utilidade pública	683
9.6.2.4 Criação, instituição e extinção via autorização legislativa.....	685
9.6.2.5 Instrumento da ação do Estado para atuar em campos juridicamente impostos ou admitidos como de seu interesse.....	691
9.6.2.6 Com fins diversos do escopo lucrativo, não obstante possa ocasionalmente ocorrer patrimônio líquido suficiente à caracterização de lucro	692
9.6.3 Regime jurídico aplicável às empresas estatais	694
9.6.3.1 Agentes públicos e regime previdenciário	695
9.6.3.2 Bens públicos	695
9.6.3.3 Atividade ou funções administrativas	698
9.6.3.4 Poderes, faculdades e prerrogativas	699
9.6.3.5 Materialização/exteriorização da vontade administrativa e processos administrativos	700
9.6.3.6 Licitações e contratações.....	702
9.6.3.7 Regime tributário	714
9.6.3.8 Responsabilidade, responsividade e responlicidade	715
9.6.3.8.1 Responsabilização dos administradores (diretores e conselheiros)	716
9.6.3.8.2 Responsabilidade da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração	723
9.6.3.8.3 <i>Business judgment rule</i>	725
9.6.3.9 Governança corporativa	732
9.6.3.10 Regime orçamentário e prestação de contas	733
9.6.3.11 Transparência	734
9.6.3.12 Prescrição de direito de terceiros	736
9.6.3.13 Falência e outras espécies de extinção compulsória	738
9.6.3.14 Quadro comparativo do regime jurídico das empresas estatais	739
9.7 Empresas Públicas.....	744
9.7.1 Conceito	744
9.7.2 Elementos constitutivos do conceito.....	746
9.7.2.1 Capital social integralmente detido pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.....	746
9.7.2.2 Qualquer forma societária dentre as em direito admitidas.....	746
9.7.2.3 Justiça Federal, em regra, competente para dirimir conflitos	747
9.7.3 Empresas públicas especiais	748
9.8 Sociedade de Economia Mista	748
9.8.1 Conceito	748
9.8.2 Elementos constitutivos do conceito.....	750
9.8.2.1 Constituída como sociedade anônima	750

9.8.2.1.1 Capital fechado ou aberto.....	750
9.8.2.2 Capital social composto tanto de capital público como privado, sendo o Poder Público o controlador da sociedade	751
9.8.2.3 Justiça estadual competente para dirimir conflitos	753
9.9 Diferença entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista ...	754
9.10 Empresas binacionais/plurinacionais e empresas fora do território nacional	754
9.11 Fundação pública	756
9.11.1 Conceito	757
9.11.2 Elementos constitutivos do conceito.....	759
9.11.2.1 Pessoa jurídica de direito público (fundações autárquicas) ou de direito privado (fundações estatais).....	759
9.11.2.2 Criada e extinta, ou autorizada por lei	763
9.11.2.3 Sem fins lucrativos.....	764
9.11.2.4 Formada a partir da existência de um patrimônio extraído do Estado (seu instituidor).....	764
9.11.2.5 Servir a um objetivo específico de interesse social.....	765
9.11.3 Regime jurídico das fundações	766
9.11.4 Diferença entre fundações públicas de direito público e de direito privado	769

CAPÍTULO X - SUJEITOS POR COLABORAÇÃO..... 773

10.1 Colaboração com fins lucrativos com a Administração Pública.....	773
10.2 Colaboração na atividade prestacional/exploratória	775
10.2.1 Serviço público privativo delegado à iniciativa privada	777
10.2.2 Serviço público não privativo executado pela iniciativa privada.....	778
10.3 Instrumentos para implementação da colaboração	779
10.4 Concessão de serviços públicos	780
10.4.1 Conceito	782
10.4.1.1 Elementos constitutivos do conceito.....	782
10.4.1.1.1 Delegação da prestação de serviço público, precedida ou não de obra pública.....	782
10.4.1.1.2 Realizada por qualquer ente federativo (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) em cuja competência se encontre o aludido serviço.....	783
10.4.1.1.3 Contrato administrativo, bilateral e oneroso	784
10.4.1.1.4 Precedida de licitação na modalidade concorrência pública.....	786

10.4.1.1.5 Delegado à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas capazes de assumir o serviço.....	787
10.4.1.1.6 Prazo determinado.....	790
10.4.1.1.7 Remunerado por receitas tarifárias (verba remuneratória não tributária, paga pelos usuários) e não tarifárias (receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, pagas por outras fontes que não a renda dos usuários).....	794
10.4.2 Concessão patrocinada e administrativa (parcerias público-privadas)	799
10.4.2.1 Concessão patrocinada.....	808
10.4.2.2 Concessão administrativa.....	810
10.5 Diferença entre concessões comuns e concessões patrocinadas ou administrativas	813
10.6 Permissão de serviços públicos.....	815
10.6.1 Conceito	820
10.6.1.1 Elementos constitutivos do conceito	821
10.6.1.1.1 Delegação da prestação de serviço público privativo	821
10.6.1.1.2 Realizada por qualquer ente federativo (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), em cuja competência se encontre o aludido serviço.....	821
10.6.1.1.3 Título precário.....	821
10.6.1.1.4 Por meio de um contrato administrativo ou um ato administrativo unilateral, discricionário, complexo ou negocial	822
10.6.1.1.5 Precedida de licitação na modalidade concorrência ou leilão.....	823
10.6.1.1.6 Pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas capazes de assumir o serviço	824
10.6.1.1.7 Prazo determinado ou indeterminado.....	824
10.6.1.1.8 Remuneração por receitas tarifárias (verba remuneratória não tributária, paga pelos usuários) e não tarifárias (receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, pagas por outras fontes que não a renda dos usuários).....	826
10.7 Autorização de serviços públicos.....	826
10.8 Concessão de obra pública.....	830
10.9 Concessão florestal, de uso florestal, de manejo florestal e outras formas de exploração por particulares de unidades de conservação.....	831
10.10 Concessão de atividade minerária.....	834
10.11 Concessão de atividade petrolífera.....	835
10.12 Concessão, permissão e autorização de uso de bens públicos	837
10.13 Credenciamento.....	839
10.14 Franquia.....	841

10.14.1 Franquia postal (Agência de Correios Franqueadas – ACF)	844
10.15 <i>Joint-ventures</i>	847

CAPÍTULO XI - SUJEITOS POR COOPERAÇÃO.....849

11.1 Cooperação sem fins lucrativos com a Administração Pública	849
11.2 Instrumentos para implementação da cooperação.....	851
11.3 Serviços Sociais Autônomos (SSAs)	853
11.3.1 Origem e evolução do modelo	853
11.3.2 Conceito	856
11.3.3 Elementos constitutivos do conceito.....	861
11.3.3.1 Entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos	861
11.3.3.2 Criados por lei.....	861
11.3.3.3 Não integrantes da Administração Pública	862
11.3.3.4 Atuam em cooperação com o Poder Público em atividades privadas de interesses públicos.....	863
11.3.3.5 Sem subordinação hierárquica em relação ao Poder Público, mas controlados por este e pela sociedade	864
11.3.3.6 Mantidos por meio de dotações orçamentárias, contribuições compulsórias ou parafiscais, ou auxílios privados	864
11.3.3.7 Segundo regime jurídico privado qualificado por derrogações de ordem pública	865
11.3.3.7.1 Gestão de recursos humanos	866
11.3.3.7.2 Regramento de compras e contratos	869
11.3.3.7.3 Desenho da governança.....	872
11.4 Organizações Sociais (OSs)	873
11.4.1 Conceito	877
11.4.2 Elementos constitutivos do conceito.....	878
11.4.2.1 Qualificação jurídica conferida à pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos	878
11.4.2.2 Em virtude do preenchimento de requisitos legais (atuação discricionária)	892
11.4.2.3 Instituída para o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado	894
11.4.2.4 Mantidas por meio de fomento	895
11.4.2.4.1 Transferência de recursos orçamentários e financeiros	896
11.4.2.4.2 Utilização e administração de patrimônio, bens móveis e imóveis ...	904

11.4.2.4.3 Cessão especial de servidores	906
11.4.2.5 Vínculo jurídico instituído por meio de contrato de gestão	907
11.4.2.5.1 A lógica da contratualização de resultados e sua necessária manutenção em detrimento da racionalidade ligada ao meio e ao procedimento como instrumento de preservação do modelo das organizações sociais.....	913
11.4.2.6 Submetida a um regime jurídico especial	915
11.4.3 Controle, fiscalização e responsabilização.....	918
11.4.4 OSs interfederativas	920
11.4.5 Desqualificação	921
11.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	922
11.5.1 Conceito	922
11.5.2 Elementos constitutivos do conceito.....	923
11.5.2.1 Preenchimento de requisitos legais (atuação vinculada).....	923
11.5.2.2 Instituídas para o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado prestados de forma distinta do Poder Público parceiro	924
11.5.2.3 Mantidas por meio de fomento	925
11.5.2.4 Vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria	925
11.5.2.5 Submetidas a um regime jurídico especial.....	929
11.5.3 Controle, fiscalização e responsabilização.....	929
11.5.4 OSCIPs interfederativas	930
11.5.5 Desqualificação	930
11.5.6 Diferenças entre as OSs e as OSCIPs	931
11.6 Organizações da Sociedade Civil (OSCs).....	935
11.6.1 Fundamentos, princípios e diretrizes.....	936
11.6.2 Conceito	937
11.6.3 Instrumentos para formalização das parcerias estabelecidas	937
11.6.4 Chamamento Público	940
11.6.5 Plano de trabalho e procedimento de manifestação de interesse	941
11.6.5 Recursos recebidos.....	942
11.6.6 Contratação de pessoal e de bens e serviços	944
11.6.7 Monitoramento e avaliação	945
11.6.8 Prestação de contas	945
11.6.9 Responsabilidade e sanções	946
11.7 Organizações Gestoras de Fundos Patrimoniais (OGFPs).....	947
11.8 Organizações Civas de Recursos Hídricos (OCRHs).....	948
11.9 Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICESs).....	950
11.10 Fundações de apoio (FAPs).....	952
11.10.1 Dispensa de licitação.....	958

11.10.2 Natureza jurídica	960
11.10.3 Regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços	960
11.10.4 Recursos arrecadados	961
11.10.5 Participação de servidores	962
11.10.6 Contratação de pessoas	963
11.10.7 Utilização de bens e serviços	963
11.10.8 Foro	963
11.11 Entidades Benéficas de Assistência Social (EBASs)	964
11.12 Pontos e Pontões de Cultura	964
11.13 Unidade executora de serviços gratuitos de educação especial	965
11.14 Outras entidades de cooperação	966
11.14.1 Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	966
11.14.2 Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)	968
11.14.3 Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	970
11.14.4 Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	971
11.14.5 Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)	973
11.14.6 Associações de amigos de museus (AAM)	975
11.14.7 Cruz Vermelha Brasileira (CVB)	976
REFERÊNCIAS	977

ANEXO I

DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS	999
--	-----